



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Intervenção de S.E. a Ministra da Justiça na

Cerimónia de Encerramento

40.º Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais

Judiciais

e

10.º Curso de Formação de Juízes para os Tribunais

Administrativos e Fiscais

Centro de Estudos Judiciários

Lisboa | 12 de julho de 2024



Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Exma. Senhora Presidente do Supremo Tribunal Administrativo,

Exma. Senhora Procuradora-Geral da República,

Exmo. Senhor Provedor Adjunto em representação da Senhora
Provedora de Justiça,

Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da
Magistratura,

Exmos. Senhoras e Senhores Magistrados,

Exmo. Senhor Diretor do Centro de Estudos Judiciários,

Exmos. Senhores Coordenadores, Docentes e Colaboradores do
Centro de Estudos Judiciários,

Senhores representantes das Forças de Segurança,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Agradeço o convite para estar aqui hoje, num dia tão importante e tão aguardado por vós, futuros magistrados do país!

O Centro de Estudos Judiciários é uma escola ímpar: forma magistrados judiciais e magistrados do Ministério Público há quarenta e cinco anos. É, a par das Faculdades de Direito, um dos berços da Justiça portuguesa.

Quero, por isso, deixar aqui o meu público agradecimento a todos quantos trabalham no CEJ, na pessoa do seu Diretor, Exmo.º Senhor Juiz Conselheiro Fernando Ventura.

Mas o momento hoje é particularmente dedicado a todos vós, caras e caros Auditores de Justiça, pelo que - como Ministra da Justiça e em nome do Ministério da Justiça – permitam-me, antes de mais, congratular-vos por terem completado, com sucesso, esta etapa de formação. Muitos parabéns! Muitas felicidades!

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A formação, seja ela inicial ou contínua, é fundamental para o adequado exercício da nobre função de aplicar a lei, de fazer Justiça, sob a égide da ética, do rigor, da independência e da imparcialidade que os estatutos de ambas as magistraturas consagram.

São estes certamente os pilares nos quais os Senhores Auditores de Justiça vão assentar o exercício da magistratura que brevemente iniciam.

A **Justiça** precisa de profissionais **justos**, o que desde logo resulta da própria etimologia da palavra. O que se pede aos magistrados é que é que façam justiça. Parece simples, mas não é.

E se aplicar as leis nacionais já seria uma tarefa árdua, no espaço europeu, onde Portugal se insere, os desafios que os profissionais de Justiça enfrentam são cada vez maiores, o que exige uma profunda e contínua formação judiciária.

Só assim é possível conhecer e aplicar uniformemente o direito da União, nas suas dimensões de especialização e complexidade; dominar adequadamente a sua interação e relação com o direito

nacional e a sua aplicação, respeitando os direitos fundamentais, os sistemas e as tradições jurídicas de cada Estado-membro, como é imposto pelos Tratados.

A Justiça tem um papel incontornável na preservação da paz social e na manutenção das garantias do Estado de Direito.

Cabe a todos vós, enquanto magistrados, cumprir e fazer cumprir os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa.

A proteção dos Direitos Humanos e das liberdades individuais não pode ser dada por garantida. O Estado de Direito, enquanto corolário de sociedades justas, inclusivas, participativas e pacíficas é uma realidade em permanente construção que precisa de ser sempre protegida.

Por isso, magistraturas independentes e qualificadas, mas também atentas e próximas da realidade social são fundamentais para a defesa dos interesses e para a proteção dos direitos dos cidadãos. Sem magistraturas independentes não há verdadeira

democracia, não há verdadeira liberdade. Sem a permanente escuta não há verdadeira justiça.

O Estado, os cidadãos, as empresas e as diversas organizações reclamam uma Justiça célere e eficiente, que consiga corresponder às exigências da realidade e da velocidade com que se desenvolve.

Não é só na área da Justiça – mas em todos os sectores, o mundo avança no sentido de mais escrutínio, e não de menos.

De mais, e não de menos, transparência.

De mais, e não de menos, responsabilização.

Estou ciente de que muito há ainda para fazer para alcançarmos este objetivo. A utilização das novas tecnologias de comunicação e de informação na Justiça vai contribuir para aumentar a qualidade dos serviços prestados e para a tornar mais próxima dos cidadãos.

Os juízes e os procuradores dispõem hoje de meios tecnológicos que permitem, não só, um mais rápido acesso à informação e a bases de dados, como também, a facilitação de algumas das suas tarefas. Estes meios tecnológicos permitem uma melhor interação

com os seus colegas, sejam nacionais ou estrangeiros, em particular no plano da cooperação judiciária.

Além disso, competências digitais, que já fazem parte do saber individual das novas gerações de magistrados, em muito contribuem para desconstruir a ideia de que a profissão de magistrado é tendencialmente solitária.

Ainda ontem, o Conselho de Ministros aprovou uma Resolução para que as citações e as notificações passem a ser feitas de forma eletrónica – a proposta vai ser agora submetida à Assembleia da República.

Senhoras e Senhores,

Como afirmado no Programa do XXIV Governo Constitucional, a Justiça carece de uma reforma sólida, estando identificados alguns dos seus problemas, como a morosidade e a complexidade dos processos, a falta de recursos humanos ou materiais, e a insuficiente articulação dos vários intervenientes do sistema. E mais se afirma que nenhuma reforma da Justiça pode alcançar o sucesso sem o empenho e a motivação de todos os seus agentes.

É minha intenção, como Ministra da Justiça, dar cumprimento a este Programa e avançar, entre outros aspetos, com uma reforma dos modelos de formação contínua de magistrados que acompanhe a evolução do Direito da União Europeia - incluindo não apenas o direito criado pelo legislador, mas também o direito tal como é interpretado pelo juiz europeu; uma formação que acompanhe também a evolução do Direito Internacional e que aposte, ainda, no aprofundamento da especialização dos magistrados.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Respondendo ao repto lançado, é com gosto que informo que o Ministério da Justiça se encontra já a trabalhar na revisão da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

Pretendemos, com tal revisão, contribuir para a reversão da trajetória de queda do número de candidatos ao ingresso nas magistraturas que se tem verificado nos últimos anos.

Pretendemos também dar resposta às crescentes dificuldades de preenchimento de todas as vagas disponíveis nos concursos abertos.

Queremos criar as melhores condições para a atração de talento e para a formação de magistrados de elevada qualidade.

Senhoras e Senhores Auditores de Justiça,

O futuro do nosso país, a perceção que o cidadão tem da justiça está, também, nas vossas mãos.

As mulheres e os homens íntegros também estão sujeitos às idiossincrasias humanas. Deles se espera, porém, que enfrentem o mal.

Num texto recente, o brasileiro Edson Mendes escrevia:

*“O que se espera, dos homens justos, é que sejam justos.
Dos bons, que sejam bons.”*

Confio nesta geração de magistrados para termos uma Justiça com discernimento, com competência, com integridade, com bondade, com coragem.

Muito obrigada e muitas felicidades para todos.

****Só faz fé a versão efetivamente dita.***